

Ref: Pedido de Informações à CGM.

Prezados Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente, refiro-me ao art. 10, em especial o disposto em seu § 2º, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), para solicitar a essa Prefeitura o fornecimento das informações a seguir a respeito da Controladoria do Município:

1) Qual a data de criação da Controladoria?

R.A Controladoria Geral do Município foi criada através da Lei nº 17.707, de 08 de maio de 2011. Anteriormente a coordenação do sistema de controle interno do Município do Recife era incumbência do Departamento de Auditoria da Secretaria de Finanças.

2) Qual(is) o(s) instrumento(s) legal(is) (leis, decretos, resoluções, normas legais) relacionados à institucionalização (criação e eventuais modificações) da Controladoria e do Sistema de Controle Interno do Município? Solicito repassar o inteiro teor do(s) documento(s).

R. LEI 17.867/2013 – Dispõe sobre as competências da controladoria geral do município, sobre a natureza cogente das suas determinações e sobre os deveres e prerrogativas do seu corpo técnico.

DECRETO Nº 26.590/ 2012 – Regimento Interno da Controladoria Geral do Município.

DECRETO Nº 26.916/ 2013 – Estrutura de cargos comissionados da Controladoria Geral do Município.

LEI Nº 17.855 /2013 – Estrutura da administração direta e indireta do Município do Recife, excetuando o Poder Legislativo.

DECRETO Nº 27.322/2013 – Dispõe sobre o Regulamento e a estrutura orgânica da Controladoria Geral do Município.

3) Qual o posicionamento da Controladoria no organograma do município? Mais especificamente: vincula-se a alguma secretaria específica, ao gabinete do prefeito ou possui status de “secretaria municipal” (órgão de primeiro escalão)?

R.A Controladoria Geral do Município é órgão diretamente vinculado ao Prefeito, sendo dotada de autonomia funcional. Trata-se de órgão de primeiro escalão.

4) Qual a estrutura organizacional (setores, divisões, departamentos, gerências etc) do Sistema de Controle Interno do município e, mais especificamente, da Controladoria Geral do Município?

R. O Decreto 27.322/2013 prevê a estrutura orgânica da Controladoria Geral do Município com todas as suas gerências.

5) Qual o rol de atividades que a Controladoria Geral do Município desempenha? Solicito informar as previstas na legislação.

São atribuições da Controladoria Geral do Município, consoante previsão da Lei 17.867 /2013:

I - apoiar as unidades executoras, vinculadas às secretarias e aos demais órgãos municipais, na normatização, sistematização e padronização dos seus procedimentos e rotinas operacionais, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle;

II - verificar o cumprimento de contratos, convênios, acordos, ajustes e de outros atos de que resulte o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações do Município;

III - avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades municipais;

IV - organizar e manter atualizado cadastro institucional de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo;

V - fiscalizar a guarda e aplicação do dinheiro, valores e outros bens do Município, ou a este confiados;

VI - fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo;

VII - examinar a eficiência e o grau de confiabilidade dos controles financeiros, orçamentários e patrimoniais existentes nos órgãos e entidades municipais;

VIII - definir o processamento e acompanhar a realização das Tomadas de Contas Especiais;

IX - fiscalizar as entidades ou organizações em geral, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, que recebam transferências à conta do orçamento municipal ou que tenham contratado financiamentos ou operações de crédito com garantia do Município;

X - examinar se os recursos, oriundos de quaisquer fontes das quais a administração do Poder Executivo participe como gestora ou mutuária, foram adequadamente aplicados de acordo com os projetos e atividades a que se refere;

XI - elaborar relatórios, pareceres ou certificados dos exames, avaliações, análises e verificações realizadas;

XII - verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, que será assinado, além das autoridades mencionadas no artigo 54 da Lei

Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, pelo Controlador Geral do Município;

XIII - exercer o controle de operações de crédito, garantias, direitos e haveres do Município;

XIV - verificar a adoção de providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites de que trata a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

XV - verificar e avaliar a adoção de medidas para o retorno da despesa total com pessoal ao limite de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

XVI - verificar a observância dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

XVII - verificar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e legais, em especial as contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

XVIII - avaliar o cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas no Plano Plurianual - PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

XIX - verificar a compatibilidade da Lei Orçamentária Anual - LOA com o PPA, a LDO e as normas da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

XX - fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo;

XXI - realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos municipais que estejam sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados, bem como sobre a aplicação de subvenções e renúncia de receitas;

XXII - apurar os atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos municipais, dando ciência ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Ministério Público Estadual, se for o caso;

XXIII - verificar a adequação aos princípios e regras estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referentes aos procedimentos licitatórios e respectivos contratos efetivados e celebrados pelos órgãos e entidades municipais;

XXIV - executar a auditoria interna preventiva e de controle dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município;

XXV - apoiar os serviços de fiscalização externa, fornecendo, inclusive, os relatórios de auditoria interna produzidos;

XXVI - organizar e definir o planejamento e os procedimentos para a realização de auditorias internas;

XXVII - definir o processamento e acompanhar a realização das Tomadas de Contas Especiais, observando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;

XXVIII - determinar a abertura de sindicância e de inquérito administrativo quando, no exercício de suas atribuições, verificar a possível ocorrência de ilícito administrativo por parte de agente público ou de empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista municipal;

XXIX - promover o controle social e a transparência da gestão pública, inclusive através da rede internacional de computadores;

XXX - acompanhar a gestão dos investimentos do Regime Próprio da Previdência Social e a compatibilidade com as metas estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social;

XXXI - verificar o resultado da avaliação atuarial do Regime Próprio da Previdência Social e a aplicação das medidas proposta;

XXXII - analisar previamente o impacto da adoção de medidas que impliquem renúncia de receitas ou aumento de despesas de caráter continuado;

XXXIII - examinar a regularidade do processamento das despesas em todas as suas fases;

XXXIV - verificar a obediência dos agentes públicos municipais aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Estas atribuições estão divididas nas diversas unidades da Controladoria, nos termos do Decreto nº 27.322/2013.

6) Há carreira própria para a Controladoria? Em caso negativo, os servidores que atuam no órgão são funcionários de outras carreiras do município ou são pessoas investidas em cargos comissionados/funções de confiança?

R. Compete atualmente aos Auditores do Tesouro Municipal o exercício de boa parte das atribuições da Controladoria Geral do Município. Tal competência é prevista na Lei 17.239/2006. O Município do Recife deverá encaminhar à Câmara Municipal projeto de lei criando a carreira de Analistas de Controle Interno que estará vinculada à Controladoria Geral do Município.

7) Qual o número total de servidores lotados atualmente na unidade? Ao responder, discriminar funções de cada cargo, especificando quais cargos possuem servidores efetivos e quais são cargos comissionados/funções de confiança.

R. A CGM conta com 56 servidores em seu quadro, dentre os quais: 21 Analistas de Controle Interno, 2 contadores, 18 auditores e 16 cargos comissionados, sendo 01 cargo de Controlador Geral do Município, símbolo CDA-2; 01 (um) cargo Gerente Geral de Transparência e Informações Estratégicas, símbolo CDA - 4; 01 (um) cargo de Gerente Geral de Controle Interno, Auditoria e Prestação de Contas, símbolo CDA-4; 01 (um) cargo de Gerente Geral de Gestão Matricial do Gasto Público, símbolo CDA - 4; 01 (um) cargo de Gestor de Planejamento e de Monitoramento, símbolo CAA-1; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo CAA-2; 01 (um) cargo de Gerente de Administração Setorial, símbolo CAA-2; 01 (um) cargo de Chefe de Setor de Compras, símbolo CAA-3; 01 (um) cargo de Chefe de Setor de Execução Orçamentária, símbolo CAA-3; 01 (um) cargo de Assistente de Gabinete, símbolo CAA-4; 04 (quatro) cargos de Assistente Técnico, símbolo CAA-4. 01 (um) cargo de Gerente de Suporte Jurídico; 01 (um) cargo de Gerente de Orientações, Normas e Procedimentos."

(DECRETO MUNICIPAL Nº 27.322 DE 29 DE AGOSTO DE 2013 – DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO E ORGANOGrama DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

8) A Controladoria Geral do Município contrata algum serviço terceirizado? Em caso positivo, citar finalidades dos contratos existentes.

R. Não existem serviços terceirizados na Controladoria Geral do Município.

9) A Controladoria Geral do Município possui orçamento próprio (unidade orçamentária)? Se positivo, qual o valor da previsão orçamentária para o exercício de 2013 e qual o valor total do orçamento do município para este ano?

R. Sim, a CGM é uma unidade orçamentária com orçamento próprio previsto na LOA. A dotação da CGM para o exercício de 2013 é de R\$ 1.763.322,20, enquanto que a dotação total da Prefeitura, sem deduções, é de R\$ 4.349.913.052,69.

10) Em relação aos gastos da Controladoria Geral do Município em 2012, quanto foi previsto e quanto foi realizado no exercício?

R. Até 2012 a Controladoria não era uma unidade orçamentária, estando ligada à Secretaria de Finanças. Logo, não tinha dotação própria.

A lei municipal 17.707/2011 cria a CGM:

“**Art. 2º** - A estrutura organizacional da Administração Direta e Indireta do Município fica acrescida dos seguintes órgãos:

...

II - Controladoria Geral do Município- CGM;

...”

Porém a CGM só é contemplada com dotação própria na LOA 2013.

11) Há no município algum Conselho vinculado à Controladoria ou algum outro instrumento de participação existente que aproxime o órgão da sociedade civil? Se sim, qual? Solicito repassar a(s) lei(s)/decreto(s) de sua criação.

R. Atualmente não há Conselho vinculado à CGM. Os instrumentos que aproxima esta Controladoria à sociedade civil são fale conosco (canal via web) e pedidos de informação (eletrônicos ou presenciais).

12) O município participou da etapa municipal ou regional da Consocial em 2012?
A Controladoria Geral do Município participou? Se positivo, de que forma?

R. Sim. Promoveu a 1ª Consocial Municipal, e enviou representante para a Estadual e a Nacional.

13) A Controladoria Geral do Município organiza ou participa de alguma Conferência Municipal? Se positivo, informar quais.

R. A CGM participou de uma Conferência dos Municípios Metropolitano. Atualmente é membro associado do CONACI, que além dos Estados, abrange os Municípios de Capitais.

14) Durante o ano de 2012 ou neste ano de 2013, a Controladoria Geral do Município abriu algum processo administrativo ou realizou alguma sindicância para apurar alguma irregularidade? Se positivo, quantos servidores foram demitidos em função desses processos ou sindicâncias a partir de 2012. Discriminar separadamente as informações de 2012 e 2013.

R. As sindicâncias são realizadas pelas próprias unidades gestoras, a CGM apenas audita aquelas. Os inquéritos administrativos são realizados pelas comissões de inquérito da Secretaria de Assuntos Jurídicos. Portanto não atuamos em processos administrativos ou sindicâncias relativos à demissão de servidores municipais. As irregularidades são apontadas nos relatórios de auditoria, que podem recomendar aqueles.

15) Das atividades a seguir, solicito informar quais são desempenhadas rotineiramente pela Controladoria:

A (x) auditoria

B () controle contábil – Resp. Atividade desenvolvida pela Contabilidade Geral do Município na Secretaria de Finanças

C () fiscalização de obras realizadas pela

prefeitura D () acompanhamento de programas de governo

E () exame das licitações e contratos celebrados pela

prefeitura F (x) promoção da transparência municipal

G (x) monitoramento da Lei de Acesso à

Informação H (x) ações de estímulo ao controle social

I () correição (aplicação de penalidades a servidores públicos)

J () ouvidoria

K () capacitação de servidores L () Outra(s). Qual(is)? _____

Desde já, agradeço-lhes pela atenção

dispensada.